***A Soberana Eleição de Deus e a Evangelização***

por

**R. B. Kuiper**

Desde toda a eternidade Deus preordenou tudo o que acontece, incluindo o destino dos homens. A Bíblia chama de *predestinação* o decreto divino concernente a esse destino. O aspecto da predestinação mais saliente na Escritura é conhecido pelo nome de *eleição*. É ensinada em muitas passagens, como a de Efésios 1:4-6,11, que diz: "Assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, pela qual nos fez agradáveis a si no Amado...Nele, digo, no qual fomos também feitos herança, predestinados segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade".

Nenhum concílio de igrejas deliberou sobre este assunto tão extensamente e com tão laboriosa consideração pela Palavra de Deus como o fez o Sínodo de Dort, em 1618 e 1619. Nele, praticamente todas as igrejas reformadas - calvinistas - da Europa, estiveram representadas. Aquela corporação de teólogos chegou à seguinte conclusão: "A eleição é o imutável propósito de Deus pelo qual, antes da fundação do mundo, simplesmente por Sua graça, de acordo com o soberano beneplácito da Sua vontade, de toda a raça humana que, por sua própria culpa, caíra do seu primitivo estado de retidão no pecado e na destruição, escolheu um certo número de pessoas para a redenção em Cristo, a quem Ele, desde a eternidade, designou para ser o Mediador e a Cabeça dos eleitos e o fundamento da salvação" (*Cânones de Dort* I, 7). O Capítulo III da *Confissão de Fé de Westminster*, sem dúvida o mais amadurecido de todos os credos calvinistas, considerado por muitos como o maior credo da cristandade, não é menos explícito sobre esse tema.

Ao procurarmos relacionar com a evangelização esta fase daquilo que normalmente é denominado "a secreta vontade de Deus", convém lembrar que estamos lidando com um profundo mistério, que estamos em terra santa, onde os anjos temem pisar, que o homem finito não pode nem começar a compreender o Deus infinito, e que, portanto, temos que ser sóbrios, evitando escrupulosamente qualquer especulação humana e apoiando-nos estritamente na segura Palavra de Deus.

*A Amorosa Soberania da Eleição*

A base da eleição não está nos escolhidos, mas em Deus. Não é verdade, como às vezes se diz, que Deus escolheu certas pessoas porque já sabia que iam crer em Cristo. Por certo Ele tinha conhecimento prévio disso, como também de tudo quanto haveria de suceder no tempo. Mas esse conhecimento prévio, ou presciência, não foi a razão da Sua escolha. A fé salvadora é um dom de Deus aos Seus eleitos. Por essa fé a eleição deles é concretizada (Efésios 2:8). Em vez de ser a base da eleição, é uma de suas conseqüências. A Bíblia afirma com clareza que Deus os escolheu "segundo o beneplácito de sua vontade" (Efésios 1:5). Isto só pode significar que Ele os escolheu soberanamente.

O caráter soberano da eleição transparece também no fato de que foi incondicional. Deus não escolheu certas pessoas para a vida eterna porque sabia que iriam crer em Cristo. Tampouco decretou que certos pecadores seriam salvos *se* eles cressem em Cristo. Deus decretou que certas pessoas seriam salvas mediante a fé em Cristo. Daí Paulo informou os cristãos de Tessalônica: "Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade" (2 Tessalonicenses 2:13). Então, a fé é um fruto da eleição, não condição. "Ainda que Deus sabe tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis, ele não decreta coisa alguma por havê-las previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições" (*Confissão de Fé de Westminster* III, 2).

A soberania da eleição é manifesta ainda em sua imutabilidade. Deus declarou solenemente: "O meu conselho permanecerá de pé, farei toda a minha vontade" (Isaías 46:10). Paulo afirma: "Aos que predestinou, a estes também chamou; e aos que chamou, a estes também justificou; e aos que justificou, a estes também glorificou" (Romanos 8:30). Cada um dos eleitos de Deus tem a segurança de que chegará à glória celeste. Os teólogos de Westminster andaram bem quando afirmaram que os eleitos "são e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído (*Confissão de Fé de Westminster* III, 4). Do mesmo modo, agiu bem o Sínodo de Dort ao atribuir a eleição ao "imutável beneplácito" de Deus (*Cânones de Dort* I, 11). Deus, "em quem não pode existir variação, nem sombra de mudança" (Tiago 1:17), não altera o Seu decreto. O frágil ser humano não o pode modificar. Nem Satanás.

Ninguém vá pensar que Deus escolheu arbitrariamente certas pessoas para a salvação. Deus não faz nada arbitrariamente. Tudo o que faz, Ele o faz porque é quem Ele é. Que é, pois, que havia em Deus que o moveu, por assim dizer, a escolher certas pessoas para a vida eterna? Deus respondeu inequivocadamente essa pergunta em Sua Palavra. Escolheu-as porque as amou. Romanos 8:29 diz: "Aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho", e 1 Pedro 1:2 fala dos escolhidos de Deus como "eleitos, segundo a presciência de Deus". Nestas duas passagens é evidente que *conhecimento* tem aquele sentido denso, tão freqüente na Escritura; a saber, *amor*. Presciência, então, é *amor desde a eternidade*. Deus amou os Seus eleitos desde a eternidade. Por essa razão os elegeu para a vida eterna. E se se perguntar por que Deus, desde a eternidade, amou para a salvação alguns homens em distinção de outros, convém que humildemente confessemos nossa ignorância. Somente numa extensão muitíssimo limitada podemos acompanhar os pensamentos de Deus. Seus pensamentos não são os nossos pensamentos. Como os céus são mais altos do que a terra, assim os pensamentos de Deus são mais altos do que os nossos pensamentos (Isaías 55:8,9). Contudo, sabemos isto: Ninguém merecia o amor de Deus. Como todos pecaram em Adão, todos mereciam a morte - sim, a morte eterna. Todos eram "por natureza filhos da ira" (Efésios 2:3). Se Deus tivesse deixado todos os homens perecerem eternamente, todos teriam recebido o que com justiça mereciam e ninguém teria de que se queixar. Por esta razão, é uma presunção indescritível queixar-se alguém de que Deus, no Seu conselho de predestinação, escolheu uns e deixou de lado outros. Aplicam-se aqui as causticantes palavras do apóstolo: "Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus? Porventura a coisa formada dirá ao que a formou: Por que me fizeste assim? Ou não tem o oleiro poder sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro para desonra?" (Romanos 9:20,21). Ao invés de achar algumas culpa em Deus pelo fato de Ele tratar de maneira inteiramente justa certos pecadores merecedores do inferno, adoremo-lo por este eterno e gracioso amor que salva outros igualmente merecedores de condenação.

Fala-se aos cristãos que Deus os escolheu *em Cristo* (Efésios 1:4). Há muita discussão entre os teólogos sobre o significado exato dessa frase. Por ora, basta tirar algumas conclusões claras. Obviamente fica excluída a idéia de que Deus tenha escolhido determinados pecadores para a salvação sem referência a Cristo, e que, depois de ter feito isso, planejou a realização da salvação deles por meio de Cristo. Isso faria de Cristo um simples meio, no processo de execução do decreto de eleição. Não se nos diz que os eleitos foram escolhidos para a salvação por meio de Cristo, mas, sim, que foram escolhidos em Cristo para a salvação. É igualmente claro que a frase *em Cristo* não pode significar que, como Mediador entre Deus e os pecadores, Cristo, por assim dizer, induziu o Pai a escolher certos pecadores para a vida eterna. Esta interpretação contradiz João 3:16, que estabelece que Deus foi movido pelo amor aos pecadores ao enviar Seu Filho ao mundo para a realização da Sua obra mediadora. O fato de que Deus escolheu os Seus em Cristo significa necessariamente - sejam quais forem as outras verdades aí envolvidas - que no conselho da eleição Deus os viu como pertencentes a Cristo, Seu Filho amado. Em resumo, escolheu-os com base no amor com que Ele ama o Filho. Em outras palavras, a afirmação de Efésios 1:5 - "em amor nos predestinou" - é paralela à afirmação presente no versículo imediatamente anterior, e a explica; a afirmação de que Deus nos escolheu em Cristo.

*A Eleição Requer Evangelização*

Vez por outra se ouve a idéia de que a eleição torna supérflua a ação evangelizadora. Pergunta-se "Se o decreto da eleição é imutável e, portanto, torna absolutamente certa a salvação dos eleitos, que necessidade têm elas do Evangelho? Os eleitos não vão ser salvos mesmo, ouçam ou não o Evangelho?"

A premissa desse argumento é inteiramente verdadeira. A eleição divina torna a salvação dos eleitos inteiramente certa. Mas a conclusão derivada dessa premissa revela grave incompreensão da soberania divina como expressa no decreto da eleição.

Enquanto que a eleição foi feita na eternidade, não se pode perder de vista a verdade de que sua concretização é um processo que se dá no tempo, ou seja, dentro da história. Muitos fatores tomam parte nesse processo. Um deles é o Evangelho. E por sinal é um fator da maior significação.

Não se confunda a soberania de Deus com a Sua onipotência. Certamente Deus é todo-poderoso. Significativamente, o conciso *Credo Apostólico* se refere a este atributo de Deus, não uma, porém duas vezes. Se Deus quisesse, poderia pelo emprego da simples força levar para o Céu os eleitos, e igualmente pelo emprego da simples força lançar ao inferno os não eleitos. Mas Ele não faz nada disso. Pré-ordenação não é compulsão e a certeza não exclui a liberdade. Ninguém jamais foi convertido ao cristianismo à força. Todo verdadeiro converso volta-se para Cristo porque quer - embora seja certo que este querer é dom de Deus, transmitindo a ele por ocasião do seu novo nascimento. Deus trata os seres humanos como criaturas racionais, capazes de agir livremente. Por isso, Ele arrazoa e dialoga com os não salvos por meio do Evangelho. Quer "persuadir" os homens (2 Coríntios 5:11). E no caso dos eleitos, Ele aplica o Evangelho aos corações deles de maneira salvadora, mediante o Espírito Santo.

Não se vá supor que o soberano decreto de Deus só se refere aos fins, com a exclusão dos meios. Por mais ênfase que se dê, não será suficiente para expressar que Deus pré-ordenou *tudo* que sucede. *Tudo* abrange meios, bem como os fins. Para ilustrar, Deus não somente pré-determinou que dado fazendeiro colhesse este ano dez mil arrobas de trigo; pré-determinou também que colhesse aquela quantidade como resultado de muito trabalho duro. Do mesmo modo, Deus não decretou apenas que certo pecador herde a vida eterna, mas decretou que esse pecador receba a vida eterna por meio da fé em Cristo, e que obtenha a fé em Cristo por meio do Evangelho.

Não se pode imaginar a soberania de Deus como se ela eliminasse a responsabilidade dos homens. Como os mais cultos e competentes teólogos e filósofos se mostraram incapazes de conciliar a soberania divina com a responsabilidade humana perante o tribunal da razão, sempre se corre o risco de dar ênfase a uma delas em detrimento - ou mesmo com a exclusão - da outra. Mas a Bíblia ensina as duas verdades com grande ênfase. Aquele que aceita com humilde fé a Bíblia como a infalível Palavra de Deus, dará vigoroso destaque tanto a uma como à outra. Portanto, o pregador do Evangelho tem de dizer ao pecador, não apenas que a salvação é só pela graça soberana, mas também que, para ser salvo, ele precisa crer em Jesus Cristo como Salvador e Senhor. Por um lado, deve pregar que os eleitos de Deus serão salvos com toda a segurança; por outro lado, deve proclamar a advertência de que aquele que não crê no Filho não verá a vida, mas a ira de Deus permanece sobre ele (João 3:36). Mesmo os eleitos precisam desta admoestação, pois faz parte integrante do método que Deus adotou para levá-los à salvação.

Agora fica assegurada uma conclusão das mais significantes. Em vez de tornar supérflua a evangelização, *a eleição requer a evangelização*. Todos os eleitos de Deus têm que ser salvos. Nenhum deles pode perecer. E o Evangelho é o meio pelo qual Deus lhes comunica a fé salvadora. De fato, é o único meio que Deus emprega para esse fim. "A fé vem pelo ouvir e o ouvir pela palavra de Deus" (Romanos 10:17).

Observe-se que, por paradoxal que pareça, a eleição é universal. Certamente, a eleição é a escolha de certas pessoas, dentre um maior número, para a vida eterna. Assim a eleição reflete particularismo. Contudo, num sentido real, a eleição é universal. Deus tem os Seus eleitos em todas as nações e em todas as épocas. A igreja é composta de "eleitos de toda nação", e em nenhum período da história os eleitos pereceram na terra, e jamais acontecerá isto no futuro. Deus quer que o Evangelho seja proclamado no mundo todo e em todo o tempo para que seja congregada a soma total dos eleitos. É bom repetir, pois: *a eleição exige a evangelização*.

A mesma verdade pode-se ver de outro ângulo. A Escritura ensina que a eleição foi feita com vistas às boas obras. Disse Paulo: "Somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas" (Efésios 2:10). E a Escritura ensina especificamente que a eleição foi feita com vistas ao testemunho. Disse Pedro: "Vós sois raça eleita...a fim de proclamardes as grandezas daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz" (1 Pedro 2:9). Deus escolheu determinadas pessoas, não só para irem para o Céu quando morrerem, mas também para serem Suas testemunhas enquanto estiverem na terra. Digamos outra vez: *a eleição exige a evangelização*.

Eis outra conclusão igualmente significativa: a *eleição assegura que a evangelização resulte em conversões genuínas*. O pregador do Evangelho não tem como dizer quem em seu auditório pertence aos eleitos e quem não pertence. Mas Deus sabe. E Deus está pronto para aplicar e abençoar Sua Palavra nos corações dos Seus eleitos para a salvação. O momento preciso em que apraz a Deus fazer isso no caso de um eleito individual, não sabemos, mas é certo e seguro que o fará antes da morte da pessoa. Exatamente tão certo como todos os eleitos de Deus serão salvos, é certo que a palavra do Evangelho não tornará a Deus vazia (Isaías 55:11).

*A Preterição e o Oferecimento do Evangelho*

A eleição tem seu reverso. Se Deus escolheu da raça humana decaída certo número para a vida eterna, é óbvio que passou outros por alto, deixando-os em seu estado de perdição e decretando sua condenação por seus pecados. Teologicamente, este aspecto da predestinação é conhecido como preterição, rejeição ou reprovação. Tem-se alegado que esta doutrina elimina o sincero e universal oferecimento do Evangelho. Se Deus decretou desde a eternidade que certos homens pereçam eternamente, dizem os oponentes, é inconcebível que Ele, dentro da história, convide sinceramente a todos, sem distinção, para a vida eterna.

Numa tentativa de refutar esse argumento, às vezes se faz a observação de que o pregador humano não tem meios de saber quem é eleito e quem não é, e que, portanto, ele não tem outro recurso senão proclamar o Evangelho a todos, indiscriminadamente. Embora válida, essa observação não atinge o ponto. A questão é se Deus, que sabe infalivelmente quais são os Seus eleitos e quais não são, faz sincero oferecimento da salvação a todos os que são alcançados pelo Evangelho.

Fato da maior importância é que a Palavra de Deus ensina inequivocadamente, tanto a reprovação divina, como a universalidade e a sinceridade do oferecimento do Evangelho. É inegável que Romanos 9:21,22 ensina a doutrina da reprovação: "Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro para desonra? Que diremos, pois, se Deus querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita paciência os vasos de ira, preparados para a perdição...?" Também a ensina 1 Pedro 2:8, onde se faz menção dos "que tropeçam na palavra, sendo desobedientes, para o que também foram destinados". Como se demonstrou no capítulo anterior, o universal e sincero oferecimento do Evangelho é firme e certamente ensinado em Ezequiel 33:11, 2 Pedro 3:9 e em outras partes mais.

Também podemos admitir - ou melhor, tem que ser admitido - que estes ensinos não podem ser conciliados entre si pela razão humana. Tanto quanto possa interessar à lógica humana, um exclui o outro. Todavia, a aceitação de um deles com a exclusão do outro é condenada como racionalismo. A norma da verdade não é ditada pela razão humana, e sim pela infalível Palavra de Deus. A Palavra contém muitos paradoxos. O exemplo clássico é o da soberania divina e a responsabilidade humana. As duas doutrinas que estamos focalizando agora, também constituem um chocante paradoxo. Destruir um paradoxo bíblico pela rejeição de um dos seus elementos, é colocar a lógica humana acima da Palavra divina. Submeter a lógica humana ao *logos* divino faz parte da fé singela como a das crianças.

É digno de nota que, na história da igreja cristã, os teólogos que têm insistido mais na verdade da rejeição divina, são os que têm defendido também, e da maneira mais enfática, o universal e sincero oferecimento do Evangelho. Seguem alguns exemplos.

É do conhecimento geral que João Calvino ensinava a doutrina da reprovação divina. Às vezes ele assumia até a posição supralapsária, assim chamada. Quer dizer, defendia a idéia de que o decreto da predestinação precedeu logicamente os decretos da criação e da queda. No entanto, ao comentar Ezequiel 18:23, passagem paralela a Ezequiel 33:11, disse ele: "Não há nada que Deus deseja mais ardentemente do que, que aqueles que estejam perecendo e correndo para a destruição retomem o caminho da segurança". E continuou? "Se alguém objetar - bem, neste caso não há nenhuma eleição de Deus pela qual Ele tenha predestinado um número fixo para a salvação - a resposta está à mão: o profeta não fala aqui do secreto conselho de Deus, mas somente evoca aos homens em desgraça o seu desespero, para que apreendam a esperança de perdão, arrependam-se e abracem a salvação oferecida. Se alguém mais contestar - isso é fazer Deus agir com duplicidade - a resposta está preparada, que Deus sempre quer a mesma coisa, embora por diferentes meios e de modo inescrutável para nós. Portanto, embora a vontade de Deus seja simples, grande variedade a envolve, no que diz respeito aos nossos sentidos. Além disso, não é surpreendente que nossos olhos sejam cegados por luz intensa, de modo que, certamente, não podemos julgar como é que Deus quer que todos se salvem e, contudo, destinou todos os reprovados à destruição eterna, e quer que eles pereçam. Enquanto olhamos através de um vidro, obscuramente, devemos satisfazer-nos com a medida do nosso entendimento.

Os *Cânones de Dort* ensinam inconfundivelmente a doutrina da reprovação. Dizem eles: "O que peculiarmente tende a ilustrar e a recomendar-nos a eterna e imerecida graça da eleição é o expresso testemunho da Sagrada Escritura de que não todos, mas somente alguns são eleitos, enquanto que outros são deixados de lado no decreto eterno. A estes Deus, por seu soberano, justíssimo, irrepreensível e imutável beneplácito, decidiu deixar caídos em sua miséria comum à qual se tinham lançado voluntariamente, e não lhes dar a fé salvadora e a graça da conversão. Mas, permitindo em seu justo julgamento que sigam os seus próprios caminhos, decidiu afinal, para a manifestação da sua justiça, condená-los e puní-los para sempre, não somente por causa da incredulidade deles, mas também por todos os seus outros pecados" (I, 15). Todavia, os *Cânones* insistem: "Todos quantos são chamados pelo Evangelho, são chamados com sinceridade. Pois Deus declarou ardorosa e verdadeiramente em Sua Palavra o que é aceitável a Ele, a saber, que aqueles que são chamados, venham a Ele" (III, IV, 8).

Em apoio do ensinamento de Dort que transcrevemos acima, Herman Bavinck negou tanto que a fé seja a causa da eleição como que o pecado seja a causa da rejeição, e insistiu em que a eleição e a rejeição têm suas raízes no soberano beneplácito de Deus. Para ser exato, ele ensinou que Deus decretou soberanamente, desde a eternidade, que alguns homens escapariam da punição dos seus pecados, e outros não (*Gereformeerde Dogmatick*, II, 399). Mas na mesma obra clássica, aquele calvinista equilibrado afirmou também: "Embora através do chamado a salvação se torne a porção de apenas uns poucos...ele [o chamamento], não obstante, é de grande valor e significação também para aqueles que o rejeitam. Para todos, sem exceção, é prova do infinito amor de Deus, e sela a declaração de que Ele não tem prazer na morte do pecador, mas que ele se volte e viva" (IV, 7).

*A Apresentação da Eleição aos Não Salvos*

Não se pode simplesmente suprimir a pergunta sobre que lugar, se há algum, a doutrina da eleição deve ocupar na pregação aos não salvos.

A Escritura e as confissões calvinistas dizem-nos que a verdade da eleição visa primariamente aos crentes. O propósito ao qual ela serve em benefício deles foi admiravelmente resumido nos *Cânones de Dort*. Dizem eles: "O senso e a certeza desta eleição comunicam aos filhos de Deus matéria adicional para a sua humilhação diária diante dEle, para adorarem a profundidade das Suas misericórdias, para se purificarem e para oferecerem gratas retribuições de ardente amor a Ele, que manifestou primeiro tão grande amor para com eles" (I, 13).

Uma velha ilustração torna bem claro o uso que *não* deve ser feito da doutrina da eleição ao lidarmos com pessoas não salvas. Pode-se falar da casa da salvação. Seu alicerce é o decreto divino da eleição, e sua entrada é Cristo. Ele disse: "Eu sou a porta" (João 10:9). Quando os que pela graça de Deus se acham dentro convidam os de fora a entrar, indicam para eles o alicerce ou a porta? A resposta é mais que evidente. Assim, quando o carcereiro de Filipos perguntou a Paulo e Silas o que devia fazer para salvar-se, eles não o aconselharam a que procurasse descobrir se estava na lista dos eleitos; mandaram-no crer no Senhor Jesus Cristo (Atos 16:31).

Vamos concluir que os homens devem ser mantidos na ignorância da eleição enquanto não receberem a Cristo pela fé? Naturalmente a resposta e esta pergunta deve ser negativa. Sem dúvida, a Assembléia de Westminster estava bem fundamentada ao advertir que "a doutrina deste alto mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado" (*Confissão de Fé de Westminster*, III, 8), mas isto não pode significar que deva ser mantida oculta dos não salvos. Muito ao contrário, eles devem ser advertidos que não torçam esta verdade e exortados a fazerem uso apropriado dela.

Especificamente, deve-se dizer a eles que a eleição dá lugar à salvação pela graça divina, que os méritos humanos estão fora de cogitação, e que, portanto, há esperança para o maioral dos pecadores; que o Deus da eleição convida com sinceridade, cordialidade e mesmo com urgência, todo pecador para a salvação; que a predestinação longe de excluir a responsabilidade humana, definidamente a inclui, de modo que todos os que ouvem a proclamação do Evangelho estão, por dever sagrado, moralmente obrigados a crer, e, não sendo Deus a causa da incredulidade como é a causa da fé, os que persistem na incredulidade perecem por inteira culpa deles mesmos; que o decreto da eleição não é secreto no sentido de que ninguém pode estar certo de pertencer aos eleitos, mas que, ao contrário, visto que a fé em Cristo é o fruto e também a prova da eleição, a pessoa pode ter tanta certeza de que está incluída no número dos eleitos como de que é crente em Cristo Jesus; que a casa para a qual eles são convidados tem alicerce imutável e eterno, de sorte que aquele que entra, ainda que o inferno todo ataque, não terá a mínima possibilidade de perecer, mas, com absoluta certeza herdará a vida eterna.

Extraído de "[*Evangelização Teocêntrica*](http://www.editorapes.com.br/pt/titulos/tp049.htm)", de R.B. Kuiper, Editora PES.
Páginas 23-33.